

Para Planalto, mandato está ganho

Agora é governar sem amarras e, provavelmente, de ministério novo

Embora a Constituinte ainda não tenha votado os cinco anos para o mandato do presidente José Sarney — o que deverá ocorrer esta semana, ou talvez na próxima — o Governo considera como "líquido e certo" o fato de que "esta é uma questão já definida". Sarney cumprirá o tempo de mandato pelo qual ele próprio optou, em maio do ano passado, opção que comunicou em pronunciamento à Nação. "Agora é focar o barco, governar como não pôde até agora, em consequência das amarras que se estava submetido, a uma decorrência dos superpoderes da Constituinte", analisou uma importante fonte do Palácio do Planalto.

Segundo ela, todo o esforço do Presidente agora, será para executar seu maior projeto: "A política industrial", anunciada esta semana que passou, da mesma forma que o plano de ajuste econômico — "que contém medidas amargas, mas colocará o País no rumo certo para o desenvolvimento", de acordo com a análise da fonte. Todos os estudos feitos pelo Governo indicam que no assumir uma posição nítida de comando, sem hesitações, ou

seja, ao romper o imobilismo a que estava submetido até pouco tempo, o Governo começou a recuperar a sua imagem. E ao final do mandato de Sarney — um dos períodos mais difíceis de um governante ao longo da história brasileira — apresentará um saldo positivo, tanto quanto possível, diante das limitações sofridas.

REFORMA MINISTERIAL

"Não há nenhuma carta guardada a jogar, qualquer mistério a desvendar. Tudo se resume no fato de que, definida a duração do seu mandato, o Presidente tem agora condições de governabilidade, o que fará, custe o que custar, sem considerar as pressões políticas", disse o assessor presidencial. Ele informou que outro importante passo do Governo, que será executado em coordenação com a política industrial e o plano de ajuste econômico, é acelerar o plano federal de privatização.

— Em que pese o exacerbamento dos setores esquerdistas, que esperam em suas posições xenofóbicas, a política indus-

trial, o afastamento do Estado da Economia, funcionarão como propulsores do desenvolvimento econômico do País. Assim pensam os setores mais significativos da sociedade. Essas medidas resultarão em substancial redução do déficit público — instrumento retroalimentador do processo inflacionário — e atrairão os investimentos necessários para a retomada do crescimento econômico — argumentou o assessor.

A nova fase do Governo Sarney — certamente a mais importante desde que assumiu a Presidência, há três anos, incluirá, fatalmente, uma profunda reforma ministerial, que deverá ser deflagrada após a homologação da nova Constituição. Embora as alterações previstas sejam profundas, ocorrerão de forma segura, sem acodimento ou intenção de caça às bruxas. "O Presidente está montando uma reforma ministerial — que incluirá vários escalões da máquina administrativa — com o objetivo necessário e evidente, como ele próprio já anunciou, de formar uma equipe identificada com a diretiva de seu Governo", considerou a fonte.

EUGÊNIO NOVAES



Sant'Anna e Lourenço reúnem-se com Sarney para fazer um balanço das forças

Liderança se organiza para votar na quinta

O mandato de cinco anos para o atual presidente será aprovado por um placar superior ao registrado na votação do mandato permanente Quem garante é o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado e um dos principais defensores de Sarney na Constituinte. Ele confirmou ontem os esforços do Governo no sentido de apressar a votação da matéria, que deverá ocorrer na próxima quinta-feira.

Segundo Gadelha, pelos levantamentos realizados em seu grupo, não houve nenhuma defeção entre os que apoiaram os cinco anos na votação das disposições permanentes. Já entre os que optaram pelos quatro, muita gente (ele não soube precisar quantos) teria aderido ao período preferido por Sarney. "E até uma questão de isonomia. Na hora em que se determinou que os próximos presidentes terão cinco anos, ficou evidente para vários constituintes que não se poderia discriminar o presidente Sarney".

Embora entenda que a matéria deve ser definida o mais rapidamente possível, o senador parabaiano negou que o objetivo da pressão seja evitar que a votação ocorra quando o presidente Sarney estiver nos Estados Unidos, durante a Assembleia da ONU. Na opinião dele, a ausência de Sarney não influiria no resultado: "Nossa vantagem é irreversível", garantiu.

O objetivo dos governistas é encerrar a questão logo na primeira votação, aprovando a emenda Matheus Iensen e, consequentemente, prejudicando tanto o texto da Comissão de Sistematização (4 anos) quanto os destaques da esquerda. Não está em cogitação, pelo menos foi o que Marcondes Gadelha assegurou ontem, jogar a questão do mandato no buraco negro, o que seria possível com a retirada da emenda Iensen e a rejeição do texto da Sistematização. Nesta hipótese, a nova Constituição não faria referência ao mandato de Sarney e valeria o que está definido na atual Carta, seis anos.

— O Presidente já foi muito claro neste sentido. Ele não quer os seis anos. Quer apenas cinco, nem mais e nem menos — afirmou o líder petista.

O líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, regressou da homenagem prestada no deputado Ricardo Fiúza, no Recife, já com o objetivo de coordenar a votação. Ele não considera necessá-

rio, porém, repetir o esquema adotado pelo Centrão, que utilizava até computadores para controlar os votantes. A maioria, em sua opinião, já está assegurada, precisando-se apenas de um acompanhamento para mantê-la.

Na manhã de segunda-feira, Carlos Sant'Anna e o líder do PFL, José Lourenço, reuniram-se com o Presidente para uma análise do quadro, devendo estar presente também o líder no Senado, Saldanha Derzi. Nesse encontro deverá ser feito um balanço do esquema de forças, mas os participantes já se pode até, mais do que isso, trabalhar sobre as alternativas que se teriam depois da votação e da ratificação dos cinco anos.



Para Gadelha, grupo dos cinco anos está crescendo

Presidenciáveis certos dos 5 anos

MARILENA DÉGELO Da Sucursal

São Paulo — Pode parecer incoerência do prefeito Jânio Quadros a sua defesa do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, quando todos sabem do seu desejo de concorrer à sucessão presidencial, apesar de já ter ultrapassado a casa dos setenta anos de idade. O atraso em mais um ano nas eleições, segundo os seus principais assessores, será bom para Jânio na medida em que ele precisa de tempo para conseguir "o clamor dos janiistas de todos os estados" no movimento suprapartidário que vem sendo coordenado em Brasília pelo ministro Antônio Carlos Magalhães e o governador José Aparecido.

O ex-governador Franco Montoro, que tem a mesma idade de Jânio, ainda vem batalhando a favor dos quatro anos para Sarney, em reuniões semanais em Brasília com constituintes do PMDB e do PFL que

deixam de lado o novo partido de centro-esquerda. Mas como a maioria dos presidenciáveis, ele acredita que se repetirá, na votação das Disposições Transitórias na Constituinte, o mesmo quadro do dia 22 de março, quando foram aprovados os cinco anos para os futuros presidentes.

Pelo menos, seja em 88 ou 89, Montoro já tem o compromisso dos caciques do novo partido que terá a legenda para concorrer à sucessão de Sarney. E por esse motivo que nos últimos dias a preocupação principal dos dissidentes do PMDB, como Montoro, não é mais a aprovação dos quatro anos, mas a formação do novo partido. Até



Quercia

porque eleições este ano já são consideradas como causa perdida, devido à atuação da maioria dos premeditistas na Constituinte, a favor dos cinco anos. Para os senadores Mário Covas, Fernando Henrique e José Riche, além de Montoro, esse é o principal motivo por que vão deixar o PMDB.

O governador Orestes

Quercia, por sua vez, ainda tentará nos próximos dias evitar a saída de Covas e Fernando Henrique do partido, fazendo uma reforma em seu secretariado. A permanência dessas lideranças nacionais, segundo seus assessores, poderá fortalecer a sua candidatura à Presidência da República. Ao mesmo tempo que tenta segurar os dissidentes, Quercia exercerá todo o seu poder para influir na votação do mandato de Sarney, embora negue.

A estratégia do governador paulista para aprovação dos cinco anos será a mesma que utilizou no dia 22 de março. Falará por telefone com cada constituinte do estado na véspera e no dia da votação.

Diretas fracassaram, diz Camargo

Um dos maiores incentivadores da campanha por eleições presidenciais este ano, o senador Afonso Camargo sente-se frustrado e reconhece que o Comitê Pró-Diretas não conseguiu fazer nada e seu trabalho está sendo ineficaz na medida em que não teve sucesso na pressão de organização junto à sociedade brasileira. A tudo isso, o senador atribui a descrença que existe no povo brasileiro, "o que faz com que o povo não corresponda a nossa convocação".

Afonso Camargo explica que para fazer comícios fracassados, é melhor não fazer, pois daria a impressão de que o povo está apoiando os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, "o que não é verdade". "Ou o povo quer e faz ou não está disposto e não faz", justificou. Por falta da componente povo, que seria na verdade o instrumento maior de motivação, a campanha acabou se transformando numa atividade inócua, admite o senador, ao lembrar que as tentativas de comícios até então realizadas, não deram certo e não significaram uma demonstração de força.

O objetivo do Comitê Pró-Diretas, na opinião de Afonso Camargo, foi uma tentativa de reeditar a campanha pelas diretas, em 1984. "Naquele momento houve, sim, uma mobilização mais espontânea do que programada, porque o povo estava mais disposto a participar dos fatos políticos, ao invés de, como sempre esteve, ficar à espera dos acontecimentos". O senador acreditava que pudesse ocorrer uma evolução, na sociedade brasileira, em termos de participação, mas hoje ele reconhece "que aquele mesmo povo que espontaneamente foi às ruas em 84, hoje, novamente, volta a esperar



Camargo

que resolvam os seus problemas; ele está à espera de um salvador, o que é ruim", afirmou. Tudo isso se deve, na sua opinião, a uma sucessão de acontecimentos que trouxeram uma frustração ao povo brasileiro, como foi a morte do presidente Tancredo Neves e o fracasso do Plano Cruzado.

Até mesmo o método de pressão direta junto aos constituintes que votaram pelos cinco anos para o mandato dos futuros presidentes, não vem correspondendo às expectativas. Para o senador Afonso Camargo, não existem argumentos para reverter a posição dos cincoanosistas, que, na verdade, são participantes do poder. "Esses, de uma forma ou de outra, participam do poder, pois têm alguém que foi nomeado em seu estado, por sua indicação, e, por isso, preferem ficar mais um ano no poder", explicou. Mais uma vez, Afonso Camargo recorre ao povo como sendo o único que poderia neutralizar essa vontade cincoanosista, mostrando aos constituintes que votar pelos cinco anos é uma atitude impopular "e que amanhã poderá ser punidos". Apesar de afirmar não

ter perdido totalmente as esperanças, — "afinal, esse plenário tem demonstrado que pode mudar uma tendência conforme o clima" — Afonso Camargo reconhece que a maioria é mesmo pelos cinco anos e não tem dúvida de que se a matéria fosse imediatamente colocada em votação, essa tese sairia vitoriosa. Os 240 votos a favor dos quatro anos, "não conseguem passar disso", afirmou.

A única esperança que resta, lembrou o senador, é que aconteça algum fato de impacto que possa reverter o quadro. Ainda assim, é muito difícil, pois, se o maior fato, que é uma inflação de 20 por cento ao mês — "o maior sinal que existe de desgoverno" — não foi suficiente para levar o povo a marcar uma posição mais efetiva junto aos constituintes, "eu não sei mais o que pode acontecer".

Afonso Camargo também reafirmou sua disposição de concorrer à sucessão presidencial pelo PTB. Lembrou que é o único filiado ao partido que já se colocou como postulante e vai disputar na convenção, mesmo que seu adversário seja o empresário Antônio Ernirio de Moraes.

Esquerda não vai protelar

O deputado Euclides Scalco, primeiro vice-líder do PMDB na Constituinte, desmentiu ontem a existência de uma estratégia entre os oposicionistas no sentido de protelar a votação do mandato presidencial, de forma a que coincida com a viagem de Sarney aos Estados Unidos. Segundo ele, esta seria uma manobra inócua porque dificilmente o Presidente se ausentaria do País durante a votação de seu mandato: "Ele não pensa em outra coisa na vida. É muito capaz de cancelar sua viagem se as datas coincidirem", prevê o parlamentar.

De qualquer forma, Scalco não acredita na votação da matéria quinta-feira próxima, como quer o Palácio do Planalto e como promete o deputado Ulysses Guimarães. A seu ver,

toda esta semana será consumida pela conclusão do título da Ordem Social e somente na semana seguinte, provavelmente terça-feira (segunda é feriado) haverá quorum para a votação.

Apesar da confiança manifestada pelo Governo na aprovação dos cinco anos, a liderança do PMDB vem trabalhando no sentido de reverter e aparente favoritismo dos interesses do Planalto. Com base nas listas de votação do mandato permanente, está sendo desenvolvido um trabalho de proselitismo junto a parlamentares que optaram pelos cinco anos nas disposições permanentes.

A oposição parte em desvantagem na votação da matéria. Para vencer, terá em primeiro lugar que derrubar a emenda coletiva do deputado Matheus Iensen,

prevendo eleições presidenciais só no próximo ano, e fazer prevalecer o texto da Comissão de Sistematização. Nos dois casos, precisará arremeter 280 votos a favor de suas teses.

Ao longo da semana, contudo, esta estratégia poderá ser alterada. O deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) é autor de uma emenda que tem conquistado muitos adeptos na esquerda e que já foi, inclusive, debatida em uma reunião do chamado grupo histórico do PMDB. Por ela, as eleições municipais deste ano serão adiadas para abril de 89 e coincidirão com a eleição presidencial, com posse marcada para julho. Isto daria um mandato de quatro anos e meio para o presidente Sarney. Pode ser a saída.

Waldir lembra Tancredo e abre fogo contra Governo

O governador da Bahia, Waldir Pires, acusou ontem, em Ilamaraju, município do interior baiano onde instalou o governo itinerante por dois dias, o plano econômico do Governo Federal de contrariar os compromissos básicos do presidente Tancredo Neves. "Tancredo Neves garantiu — lembrou o governador — que não pagaria a dívida externa limitando o crescimento do País e, acima de tudo, com a fome do povo brasileiro. O plano do Governo Federal significa justamente o oposto".

Waldir Pires fez questão de frisar que de pouco adianta alcançarmos o recorde no saldo da balança comercial brasileira — que registrou em abril 1,9 bilhão de dólares de diferença entre as exportações e as importações brasileiras — se isso nos faz enfraquecer o mercado interno, elevar os preços das mercadorias internamente em razão da escassez e, acima de tudo, bater todos os recor-

des da história deste País quando "a fome do povo brasileiro".

O governador da Bahia disse que "sofremos um grande retrocesso, voltando ao modelo econômico em que as carencias do povo passam a ser secundárias e o País se volta exclusivamente para gerar grandes superávits comerciais que visam pagar os juros externos e que terminam submetendo a nossa gente a um quadro grave e perverso de privações, ampliando ainda mais os efeitos e os terríveis contrastes da sociedade brasileira com a maior parte da população vivendo em condições asiáticas".

Waldir Pires afirmou que o plano do Governo Federal é um conjunto de medidas mantendo a política econômica anterior do Governo e até se agravando sob certos aspectos. Não existindo nenhuma preocupação específica com o crescimento da economia nem uma definição com relação ao resgate da dívida social.

— Ao contrário — disse o governador — estabelece-se uma meta de redução de gastos públicos, custeio e investimento ajustada a 0,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), sem nenhum critério de seletividade.

O governador afirmou que o Brasil não pode mais abordar a questão social com um critério assistencialista e o corte nos gastos recal sobre a população. O plano, frisou, dá ênfase no estímulo às exportações, portanto a política de produzir divisas na balança comercial e de enfraquecimento do mercado interno.

— Voltamos ao modelo em que as necessidades e carencias do povo passam para o plano secundário, porque o essencial é uma política de pagar os serviços da dívida externa.

AmCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Deputada americana terminará o mandato

O processo contra a deputada Dirce Quadros está rodando de mesa em mesa e só vai ser concluído quando terminar o seu mandato. Isso, pelo menos, é o que se prevê, e ela não poderá ser reeleita.

Uma ocasião em Goiás, na década de 50, o deputado Galeno Paranhos foi eleito governador do Estado. Houve confusão na apuração, e assumiu Juca Ludovico, sobrinho de Pedro Ludovico. Galeno foi para a Justiça. Quatro anos depois, teve ganho de causa, mas o seu mandato já havia terminado.

O que se vê agora, é mais ou menos a mesma coisa. A deputada Dirce Quadros alega que a assinatura requerendo nacionalidade americana é falsa. Não se sabe quem teria falsificado, mas ela não reconhece. Depois, para tomar mais tempo, ela alega que o documento está em língua inglesa, e pede a tradução.

Tudo leva a crer que, quando terminar o seu mandato, ela perderá a questão, e o seu acusador não poderá sequer pedir a restituição do dinheiro recebido, porque, afinal, ela teve votos, trabalhou, e terá assinado também a Constituição.

O pior poderá ser para Dirce Quadros a reentrada nos Estados Unidos, porque desde que ela tenha reconhecido a falsidade da assinatura, poderá ainda ser condenada pela Justiça americana por falsificação de documento.

Enfim, este é um processo que precisa ser acompanhado pelos estudantes de Direito, para que eles aprendam como se anda torto por linhas retas e, no final das contas, fica tudo torto ou tu do reto, conforme o prisma de observação.

XXX

POLÍCIA — Diante do policiamento, que tem melhorado muito, os moradores do Park-Way já se aventuram a sugerir ao coronel João Manoel uma patrulhinha naquela área residencial onde tem aumentado, e muito, o número de roubos nas residências.

XXX

MÉDICOS — Há uma informação a conferir. No HRAN há mais médicos do que leitões. Isto vale como observação ao que acontece no resto do Brasil, onde há mais de uma centena de municípios onde não há um médico sequer.

XXX

SERINGAS — Não está faltando seringa descartável no Brasil. O que há é que os hospitais do governo fazem as compras, pagam com muito atraso, e a fábrica, que é monopólio, só entrega agora mediante empenho.

XXX

SADIA — Pelas mãos de Juarez Rígon, diretor da empresa em Brasília, recebo o relatório de 1987, onde o conglomerado liderado por Atílio Fontana revela excelente resultado financeiro. Mas não são só os números que nos chamam a atenção. Vale ler e ver o bom gosto do relatório, com a história dos alimentos conservados desde a sua origem. Uma beleza de texto e de apresentação.

XXX

CPI — No auge dos seus trabalhos, com inter-pelação ao presidente Sarney e convocação de muita gente a depor, menos o ministro Antônio Carlos Magalhães, o senador José Ignácio, presidente da CPI, encontrou tempo para turismo.

Viajando para a China, deixando seus companheiros com a missão de seguir o trabalho. O que se estranha é uma viagem de turismo do presidente da CPI exatamente no momento em que a Constituinte mais precisa da presença dos seus membros.

História de Brasília

GEB — Quando se formou a Guarda Especial de Brasília, ela era irregular, porque não pertencia a Goiás nem ao Distrito Federal. Era da Novacap, e o dr. Israel Pinheiro era quem legislava.

Na delegacia da Cidade Livre havia o capitão Marçal, um homem forte, vigoroso e truculento; quando chegava alguém preso, com cara de pilantra, ele reconhecia logo. Chamava a um canto, ficavam os dois de pé e ele comumente dizia a mesma coisa: "Quem vem para Brasília tem sempre uma história para contar. Conta logo a tua..." Ato contínuo, dava uma bordoa que jogava o preso contra a parede.

Naquela época, roubar era proibido em Brasília. Ladrão era jogado na estrada e mandado a pé para onde quisesse. Se voltasse, era pior. Por causa disto, os bancos eram de madeira, a caixa forte era de aivenaria, apenas para proteger contra incêndio.

Fiúza saudado como ministro

RITAMARIA PEREIRA Enviada Especial

Recife — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) apresentou durante jantar em sua homenagem na última sexta-feira, no Clube Internacional do Recife, sua plataforma de trabalho como provável ministro da Indústria e do Comércio do governo José Sarney. Entre os quatro mil comensais do banquete, estavam presentes as principais lideranças empresariais do País e vários parlamentares do Centrão.

COMPETIÇÃO

A festa também teve seu lado político, revelando o prestígio que cada um dos comandantes políticos, da Frente Liberal pernambucana está encontrando entre os correligionários da legenda. Compareceram dois ex-governadores, um ex-vice governador e vários deputados federais, estaduais e vereadores do partido. O senador Marco Maciel (PFL-PE) foi ligeiramente aplaudido quando seu nome foi anunciado.

Roberto Magalhães e Gustavo Krause tiveram melhor sorte. No entanto, as saudações ao candidato do partido ao governo estadual nas eleições de 86, José Muelo Monteiro, foram impressionantes. Já que a festa se destinava a Fiúza que já articula sua eleição para o Senado em 90.

O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) ao

ver as quatro mil pessoas presentes aplaudindo José Muelo, não se conteve e exclamou: "É. O lobo do Maciel está baixo mesmo." Os parlamentares presentes confidenciavam que a expectativa é de Fiúza ser convocado para o Ministério, logo após a conclusão da votação do texto constitucional em primeiro turno pela Constituinte. A mesa de honra, sentaram junto ao deputado pernambucano, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Gustavo Queiroz, o primeiro vice-presidente da CNI, Luis Eulálio Vidigi, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA).

DOIS MIL

No banquete se misturavam políticos, familiares e amigos de Fiúza, além de cerca de dois mil populares trazidos de ônibus e kombis por prefeitos do interior e correligionários dos subúrbios de Recife. Da pequena tribuna instalada no salão do Clube Internacional, seis companheiros do deputado pernambucano fizeram pronunciamentos que duraram três horas.